

Renamo afirma que só acantonará suas tropas após receber fardamento A.1.4

por Santos Pacule, nosso correspondente em Washington

A Renamo diz que as suas forças só serão acantonadas quando tiverem fardamento e afirma ter apresentado esta preocupação ao Subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, George Moose, durante a sua deslocação à Maringué, na passada quarta-feira, no âmbito da sua visita a Moçambique. Contudo, Moose não prometeu qualquer apoio à Renamo.

A questão do fardamento e a necessidade do financiamento da Renamo, para se transformar em partido político, estiveram no centro das discussões entre George Moose e Afonso Dhlakama.

"As nossas forças só serão acantonadas quando tiverem as condições de fardamento, para poderem ter uma boa apresentação. Não é uma exigência, mas uma necessidade moral", afirmou ao nosso Jornal uma fonte da presidência da Renamo.

Relativamente à desmobilização, Afonso Dhlakama disse a George Moose ser necessário haver uma garantia de que os homens que vão ser desmobilizados, tanto do Governo como da Renamo e dos chamados exércitos privados, terão ocupação, para não voltarem a pegar em armas, para a sobrevivência.

Onosso interlocutor disse que "Moose, que não fez qualquer promessa de apoio, afirmou compreender o aspecto moral da preocupação da Renamo, mas que apresentará a questão a outros países para se ver a possibilidade de apoio".

A Renamo está envolvida em negociações, em várias frentes, para resolver o problema, e diz ter pedido à comunidade internacional para interceder junto do Governo moçambicano, no sentido de se conseguir "a libertação" do fardamento apreendido em Dezembro último.

O fardamento, doado pelo Governo da Itália, foi descoberto em Chimoio, quando estava a ser transportado por um cidadão italiano, sem o conhecimento do Governo moçambicano.

O nosso Jornal soube, entretanto, de fontes bem colocadas, que o assunto está a ser tratado directamente pelo Presidente Joaquim Chissano e que tudo indica que "o Chefe do Estado vai, em breve, desbloquear a questão, entregando o fardamento à Renamo".

O problema de fundo é que o Governo moçambicano não foi informado sobre esta questão sensível, para qualquer Estado, dado que envolve equipamento militar. "Se forneceram fardamentos e botas, quem nos garante que não deram também armas de fogo e outro equipamento militar?", interrogou-se um observador do processo político-militar moçambicano.

Fontes americanas disseram, entretanto, que a administração norte-americana, através da Agência Norte-Americana de Apoio ao Desenvolvimento Internacional, USAID, poderá financiar projectos que beneficiem populações das zonas rurais.

A Renamo considera bastante positiva

a posição da actual administração americana, que afirma pretender apoiar de forma imparcial a transição política em Moçambique. "É muito positivo para nós, porque é a primeira vez que um dirigente americano se pronuncia nestes termos", considerou um dirigente da Renamo.

A Operação das Nações Unidas em Moçambique, ONUMOZ, representada por Aldo Ajello, diz que a questão do fardamento não pode pôr em causa a implementação do Acordo Geral de Paz. "É um facto que os guerrilheiros da Renamo andam seminús, mas não sei se isso pode justificar o protelamento de todo um processo", referiu um observador da ONU em Maputo.

Tanto o Governo como a Renamo afirmam que não houve qualquer entendimento com as Nações Unidas para o acantonamento das forças a partir do passado dia 21, conforme tinha anunciado Aldo Ajello em Nampula, dado que a movimentação para os locais de acomodação depende de uma decisão da Comissão de Supervisão e Controlo do Acordo Geral de Paz.

O Governo moçambicano afirma que não tem grandes problemas quanto à acomodação das forças. "Digo grandes problemas porque há uma modalidade que está sendo proposta que pode levar a que as pessoas que estão sendo desmobilizadas façam, de novo, parte de outros exércitos, não pela via oficial. Nós queremos acertar este aspecto técnico", sublinhou uma fonte oficial moçambicana. Das declarações do governante

moçambicano depreende-se que existe a vontade de impedir que haja qualquer possibilidade de se constituírem exércitos fora daquilo que foi acordado em Roma.

Por outro lado, o Governo considera essencial que se proceda à recalendarização de todo o processo de paz, porque não se pode fazer a desmobilização e a acomodação dos soldados sem se ter calendários. Existe neste momento uma proposta das Nações Unidas sobre os novos calendários e prazos, com os quais o Governo, segundo a nossa fonte, concordou, pelo menos informalmente. "O importante para nós é que os prazos estejam devidamente sincronizados um a outro, ou seja, acomodação/desmobilização, formação, disponibilidade das Nações Unidas e eleições, etc", explicou.

A nossa fonte explicou que as Nações Unidas fizeram a primeira abordagem e o Governo fez observações técnicas, mas que o novo plano ainda não foi aprovado, por iniciativa da própria ONUMOZ.

Aparentemente, Aldo Ajello obteve da comunidade internacional a garantia de que só pode continuar a financiar o processo moçambicano até Outubro de 1994, na base do plano elaborado pela ONUMOZ.

Ajello diz que as eleições se devem realizar até Outubro, e o Governo diz que "Outubro até é longe. Se nós conseguíssemos reduzir os prazos seria melhor". Mas não parece ser possível, do ponto de vista técnico, encontrar uma fórmula que permita a realização da votação antes desta data.

"A nossa preocupação será maior, se concluímos que o projecto não se pode realizar até Outubro. Será um problema comum, porque teremos de provar à comunidade internacional que não se pode fazer a eleição naquele tempo definido", disse a fonte do Governo.

NOTÍCIAS

26.0.93

A.1.4